

JOÃO LUÍS ARAUJO FISCALISTA ASSOCIADO DA TELLES

“Toda a gente sabe que isto acontece”

Notícias como a do Panamá, ou da SwissLeaks, ou da UBS, ou do LGT não surpreendem pelo seu conteúdo – “toda a gente sabe que isto acontece” – diz João Luís Araújo. Mas ajudam a aumentar a pressão internacional e a forçar mudanças, ainda que lentamente. Algumas delas estão a caminho.

João Luís Araújo explica o que fazem empresas como a Mossack Fonseca e como se montam as operações de ocultação da titularidade de património. Sempre com um aviso: nem tudo o que passa por offshore é ilegal.

Em que consiste a actividade de empresas como a Mossack?

Fazem o que se chamam serviços fiduciários. Se eu tiver um cliente que quer abrir uma sociedade no Panamá, ligo-lhes e eles criam a empresa e criam os serviços à sua volta. Todas as empresas têm de ter directores, contas, uma sede, secretário. Fazem isso tudo por um “fee”.

Constituem uma empresa de fachada?

Não se pode generalizar.

Como se consegue ocultar o origem do património?

Por exemplo, os directores representam a empresa e tudo o que a empresa faça, só eles aparecem. O que tipicamente se faz é criar uma sociedade no Panamá que por cima tem uma sociedade nas ilhas virgens britânicas que por cima tem um trust, depois ao lado têm outra estrutura – são tantas as camadas que às vezes a própria sociedade que está a criar aquilo não sabe quem são os beneficiários últimos. Houve um relatório interno da sociedade a dizer que em 95% dos casos não sabia quem era o “beneficiário último”, agiam sob instruções de alguém. Acresce a isto que no Panamá trabalham muito com acções ao portador – e aí consegue-se incorporar uma sociedade, que transmite acções para alguém que, por mera posse das acções, é o accionista.

Se eu quiser ocultar o meu património, porque hei-de escolher o Panamá?

Porque o Panamá não reporta a informação sobre o beneficiário último accionista da empresa a ninguém.



Tem muitos poucos tratados fiscais [de troca de informações], os que têm nunca os implementaram, e a OCDE já há muitos anos que o apontava como não cooperante. Mas atenção que nuns casos constituem-se sociedades para ocultar o património, noutras não. Não há nada de mal em ter uma sociedade no Panamá.

É possível fazer o que esta sociedade Mossack faz nas ilhas Virgens britânicas, por exemplo?

Sim, há uns offshore que são mais usados para uns tipos de estruturas, outros para outros. A Mossack é uma das maiores sociedades de serviços fiduciários do mundo, tem operações em várias localidades.

Há grandes bancos envolvidos neste escândalo, como o HSBC, o UBS. Agem como intermediários?

Houve uma altura em que os bancos usavam essas sociedades em nome dos clientes, mas nos grandes bancos eu diria que isso tem tendência para acabar.

Por causa do FATCA e do CRS?

Sim, por causa dessas iniciativas e do aumento da pressão política. De cada vez que saiu uma notícia destas, o cerco aperta-se cada vez mais. Há já muita gente muito preocupada.

Há algum motivo lícito para um particular colocar o seu dinheiro em offshore?

Há algumas razões. Em países com regimes governamentais pouco confiáveis, países com hiperinflação ou países violentos por exemplo, houve muita gente a colocar o dinheiro em paraísos fiscais ou para não se saber que o tinham, ou para não se perderem de um dia para o outro. Também há os casos de quem quer ocultar o património da família.

E no caso de uma empresa?

Imagine que estamos a fazer um negócio entre Portugal, a China e o Brasil, para o qual precisamos de criar um veículo, num território neutro, com pouca burocracia e poucas implicações fiscais. Estas são jurisdições muito flexíveis. Diria que nesse momento de informação há uma percentagem grande de negócios que ocorrem por estes motivos. Outros serão ilícitos. Outros já estarão entretanto regularizados. Há de tudo.

Estas notícias para si são surpreendentes?

Não são. Toda a gente sabe que isto acontece. E muitas vezes estas são revelações históricas, que já têm vários anos. ■

ELISABETE MIRANDA

O que é este consórcio de jornalistas?

O Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação foi o responsável pela revelação dos Papéis do Panamá. Quem faz parte deste consórcio? Quem financia a sua actividade?

Ficou conhecido pelo LuxLeaks e, depois, pelo SwissLeaks. O Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ na sigla original) volta a estar de novo sob os holofotes mundiais, ao revelar as conclusões de uma investigação jornalística em torno da maior fuga de informação de sempre.

Que consórcio é este? Criado em 1997 pelo jornalista Chuck Lewis, o ICIJ é um projecto do Centro para a Integridade Pública, que, segundo os próprios, conta hoje com mais de 190 jornalistas em 65 países. O objectivo da instituição é denunciar temas que tenham a ver com crimes transfronteiriços, corrupção e responsabilização dos mais poderosos. “Queríamos os melhores, aqueles que não tivessem medo de investigar grandes temas”, recorda Lewis, numa entrevista ao Negócios, realizada em Fevereiro de 2015. Em Portugal, Expresso e TVI são parceiros do consórcio.

A investigação durou cerca de um ano e acabou por encontrar 140 responsáveis políticos em 55 países. Mal começaram a ser conhecidos os principais protagonistas destas fugas, foi sendo notada uma surpresa: a ausência de norte-americanos da lista. Na base de dados do ICIJ sobre os maiores nomes envolvidos não há um americano. Também não há alemães, por exemplo.

“Eu sei que a Rússia e a China são corruptas, mas não precisamos de me dizer isso. E se não dissessem algo acerca do qual nós, aqui no Ocidente, nos pudéssemos revoltar e fazer algo?”, questionava Craig Murray, antigo embaixador do Reino Unido para o Uzbequistão e hoje activista político, num texto muito partilhado nas redes sociais.

Murray referia em específico questões relacionadas com o financiamento do ICIJ, que entre os principais doadores tem grandes fundações norte-americanas, como a Ford

Foundation, Rockefeller Family Fund ou a Open Society Foundations. Esta última destaca-se, porque foi fundada pelo milionário George Soros, cujos esforços de filantropia se confundem muitas vezes com activismo político. O magnata referiu-se recentemente a Putin como mais perigoso do que o Estado Islâmico.

“Isto tornará a política russa ainda mais antagonista em relação aos EUA”, sublinha a CNBC Ian Bremmer, presidente da consultora Grupo Eurasia, referindo-se à conhecida ligação de Soros ao ICIJ. Bremmer refere ainda que os dois mil milhões de dólares ligados a pessoas próximas de Putin são apenas “uma pequena fracção daquilo que o Kremlin tem lavado”.

Um estudo recente do Global Policy Forum concluiu que a actuação das grandes fundações tem prejudicado a acção de instituições como as Nações Unidas. Com activos avaliados em 360 mil milhões de dólares (cerca de 316 mil milhões de euros), das 27 maiores fundações do mundo, 19 são americanas.

Esta ausência de nomes americanos ou alemães pode ser explicada por existirem outras formas (ou sociedades de advogados) de fugir aos impostos ou... simplesmente por uma questão de tempo. Questionado no Twitter sobre isso, o editor online do Süddeutsche Zeitung – jornal que recebeu fuga de informação – avisou: “Esperem só por aquilo que aí vem...” ■

360
FUNDAÇÕES

As 27 maiores fundações do mundo têm activos no valor de \$360 mil milhões.